

CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

1. Identificação do Procedimento	2
2. Objeto do Procedimento.....	2
3. Agrupamento de entidades adjudicantes	2
4. Órgãos que tomaram a decisão de contratar	2
5. Fundamentação da escolha do procedimento	2
6. Dispensa do júri.....	3
7. Esclarecimentos e Lista de erros e omissões	3
8. Contratos reservados	3
9. Documentos que constituem a proposta.....	3
10. Idioma dos documentos que constituem a proposta.....	3
11. Propostas variantes.....	3
12. Prazo e modo de apresentação das propostas	3
13. Prazo de manutenção das propostas.....	4
14. Critério de adjudicação.....	4
15. Adjudicações de propostas por lotes	7
16. Consultores e estudos de apoio à decisão	7
17. Negociação.....	7
18. Caução	7
19. Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário	7
20. Outros documentos a entregar com os documentos de habilitação	8
21. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação e do RCBE	9
22. Despesas e encargos para celebração do contrato.....	9
23. Legislação aplicável	9
ANEXO I – (MODELO) DE DECLARAÇÃO	10
ANEXO II – Preço unitário da energia ativa	12
ANEXO III – (Modelo) de Declaração de depósito bancário.....	14
ANEXO IV – (Modelo) de garantia bancária/seguro de caução	15
ANEXO V – (Modelo) de Declaração	16

1. Identificação do Procedimento

Consulta Prévia Geral n.º **CPGAQ/1/2020/DMC**, ao abrigo do Acordo-Quadro para o Fornecimento de Eletricidade (ref.ª AQ/02/2018), celebrado pela LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto.

2. Objeto do Procedimento

Fornecimento de energia elétrica em regime de mercado livre, dividido nos seguintes lotes:

- a. Lote 1 – Baixa Tensão Normal (BTN);
- b. Lote 2 – Baixa Tensão Normal - Iluminação Pública (BTN-IP);
- c. Lote 3 – Baixa Tensão Especial (BTE);
- d. Lote 4 – Média Tensão (MT).

3. Agrupamento de entidades adjudicantes

1. Nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 39.º do CCP, foi constituído, entre as entidades infra indicadas, o seguinte agrupamento de entidades adjudicantes:
 - a. Município do Porto
 - b. ÁGORA - Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A.
 - c. EMAP – Empresa Municipal do Ambiente do Porto, E.M., S.A.
 - d. GoPorto - Gestão e Obras do Porto, E.M.
 - e. CMPEA – Empresa de Águas do Porto, E.M.
2. Nos termos do n.º 2 do artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e para efeitos de condução do procedimento de formação do contrato, foi designado, pelas entidades identificadas no número anterior, o Município do Porto, como representante do agrupamento.

4. Órgãos que tomaram a decisão de contratar

Entidade adjudicante	Órgão	Habilitação
Município do Porto	Câmara Municipal do Porto	Nos termos da competência estabelecida na alínea b), do n.º 1, do art.º 18.º, do DL n.º 197/99, de 08.06, mantido em vigor pela alínea f), do n.º 1, do art.º 14.º, do DL n.º 18/2008, de 29.01 (na redação atual) em conjugação com a alínea f), do n.º 1, do art.º 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12.09.
ÁGORA	Conselho de Administração	No exercício de competência própria definida nos respetivos Estatutos.
EMAP		
GoPorto		
Águas do Porto		

5. Fundamentação da escolha do procedimento

Critério definido nos artigos 252.º e 259.º, n.º 1 do CCP.

6. Dispensa do júri

No caso de não ser apresentada mais do que uma proposta por lote, o júri é dispensado para esse lote nos termos do n.º 4, do artigo 67.º do CCP, sendo as suas funções exercidas pela Divisão Municipal de Compras do Município do Porto.

7. Esclarecimentos e Lista de erros e omissões

1. No **primeiro terço** do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, **no mesmo prazo**, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
2. É ao júri que compete prestar esclarecimentos.

8. Contratos reservados

Não aplicável.

9. Documentos que constituem a proposta

1. Os concorrentes deverão fazer acompanhar as suas propostas dos seguintes documentos:
 - a. Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo I** ao presente Convite;
 - b. Documento onde conste o preço unitário da energia ativa, elaborado conforme modelo constante do **Anexo II** ao presente Convite.
2. Cada concorrente **deve** indicar claramente a que lote(s) concorre **podendo** apresentar proposta para um, para vários ou para todos os lotes individuais.
3. Em caso de divergência, o documento onde conste o preço unitário da energia ativa carregado com a proposta, prevalece sobre o formulário da proposta submetido diretamente na plataforma eletrónica em uso nesta entidade.
4. Não integram a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente, exceto os que sejam indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b), do n.º 1, do art.º 57.º do CCP.

10. Idioma dos documentos que constituem a proposta

Todos os documentos devem ser apresentados em Português.

11. Propostas variantes

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.

12. Prazo e modo de apresentação das propostas

1. As propostas e os documentos que a instruem serão entregues até às **17h00 do 5.º dia** a contar da data de envio do convite.

2. Sempre que o termo do prazo definido para a apresentação de propostas coincidir com dia em que os serviços da entidade representante do agrupamento estejam encerrados, transfere-se o mesmo para o primeiro dia útil seguinte.
3. A transferência do termo do prazo definido no número 1, por força do estabelecido no número 2, não determinará qualquer alteração aos prazos que estejam associados ao prazo definido para a apresentação de propostas¹.
4. As propostas e os documentos que a instruem serão apresentados através da plataforma eletrónica em uso nesta entidade: www.acingov.pt.
5. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

13. Prazo de manutenção das propostas

As propostas mantêm-se obrigatoriamente até **90** dias úteis após o termo do prazo para sua apresentação.

14. Critério de adjudicação

1. A adjudicação, para cada um dos lotes, será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa determinada pela **modalidade avaliação do preço**, como previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 74.º, do CCP.
2. A análise das propostas em face do fator *preço* (P) será operacionalizada através da aplicação da fórmula seguidamente indicada, sendo considerada mais vantajosa a proposta que apresentar o menor valor:

a. Lote 1 – Baixa Tensão Normal (BTN)

$$P = \sum_{i=1}^{11} PBTN_i \times Qe_i$$

Em que:

$PBTN_i$ Preço da energia ativa, da proposta em análise, considerando os seguintes ciclos e tarifas:

- | | |
|----------|--|
| $PBTN_1$ | Preço da energia ativa - Sem ciclo, Simples |
| $PBTN_2$ | Preço da energia ativa - Ciclo Diário, Bi-horário, Horas Fora de Vazio |
| $PBTN_3$ | Preço da energia ativa - Ciclo Diário, Bi-horário, Horas de Vazio |
| $PBTN_4$ | Preço da energia ativa - Ciclo Diário, Tri-horário, Horas de Ponta |
| $PBTN_5$ | Preço da energia ativa - Ciclo Diário, Tri-horário, Horas Cheias |
| $PBTN_6$ | Preço da energia ativa - Ciclo Diário, Tri-horário, Horas de Vazio |

¹ Refere-se a título de exemplo: prazo para esclarecimentos e retificação de peças do procedimento (art.º 50º do CCP); prazos relativos à apresentação de erros e omissões e decisão dos mesmos (art.º 50º do CCP).

$PBTN_7$	Preço da energia ativa - Ciclo Semanal, Bi-horário, Horas Fora de Vazio
$PBTN_8$	Preço da energia ativa - Ciclo Semanal, Bi-horário, Horas de Vazio
$PBTN_9$	Preço da energia ativa - Ciclo Semanal, Tri-horário, Horas de Ponta
$PBTN_{10}$	Preço da energia ativa - Ciclo Semanal, Tri-horário, Horas Cheias
$PBTN_{11}$	Preço da energia ativa - Ciclo Semanal, Tri-horário, Horas de Vazio
Qe_i	Quantidade total estimada para cada tarifa referente ao Lote 1, constante no Anexo II do caderno de encargos.

b. Lote 2 – Baixa Tensão Normal - Iluminação Pública (BTN-IP)

$$P = \sum_{i=1}^9 PIP_i \times Qe_i$$

Em que:

PIP_i	Preço da energia ativa, da proposta em análise, considerando os seguintes ciclos e tarifas:
PIP_1	Preço da energia ativa - Sem ciclo, Simples
PIP_2	Preço da energia ativa – Ciclo Diário, Bi-horário, Horas Fora de Vazio
PIP_3	Preço da energia ativa – Ciclo Diário, Bi-horário, Horas de Vazio
PIP_4	Preço da energia ativa - Ciclo Diário, Tri-horário, Horas de Ponta
PIP_5	Preço da energia ativa - Ciclo Diário, Tri-horário, Horas Cheias
PIP_6	Preço da energia ativa - Ciclo Diário, Tri-horário, Horas de Vazio
PIP_7	Preço da energia ativa - Ciclo Semanal, Tri-horário, Horas de Ponta
PIP_8	Preço da energia ativa - Ciclo Semanal, Tri-horário, Horas Cheias
PIP_9	Preço da energia ativa - Ciclo Semanal, Tri-horário, Horas de Vazio
Qe_i	Quantidade total estimada para cada tarifa referente ao Lote 2, constante no Anexo II do caderno de encargos.

c. Lote 3 – Baixa Tensão Especial (BTE)

$$P = \sum_{i=1}^4 PBTE_i \times Qe_i$$

Em que:

$PBTE_i$	Preço da energia ativa, da proposta em análise, considerando o seguinte ciclo e tarifas:
$PBTE_1$	Preço da energia ativa – Ciclo Diário, Horas de Ponta
$PBTE_2$	Preço da energia ativa – Ciclo Diário, Horas de Cheia
$PBTE_3$	Preço da energia ativa - Ciclo Diário, Horas de Vazio Normal

$PBTE_4$ Preço da energia ativa - Ciclo Diário, Horas de Super Vazio

Qe_i Quantidade total estimada para cada tarifa referente ao Lote 3, constante no Anexo II do caderno de encargos.

d. Lote 4 – Média Tensão (MT)

$$P = \sum_{i=1}^4 PMT_i \times Qe_i$$

Em que:

PMT_i Preço da energia ativa, da proposta em análise, considerando o seguinte ciclo e tarifas:

PMT_1 Preço da energia ativa – Ciclo Semanal com feriados, Horas de Ponta

PMT_2 Preço da energia ativa – Ciclo Semanal com feriados, Horas de Cheia

PMT_3 Preço da energia ativa - Ciclo Semanal com feriados, Horas de Vazio Normal

PMT_4 Preço da energia ativa - Ciclo Semanal com feriados, Horas de Super Vazio

Qe_i Quantidade total estimada para cada tarifa referente ao Lote 4, constante no Anexo II do caderno de encargos.

3. Regras de arredondamento

O valor do fator *preço* (P) será apresentado com duas casas decimais, sem arredondamentos.

4. Critérios de desempate por lote:

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão as mesmas classificadas em função das seguintes regras aplicadas de forma sucessiva e enquanto houver necessidade de desempate:

- a. Aumento subsequente das casas decimais do valor do fator *preço* (P), sem arredondamentos;
- b. Por meio de sorteio aleatório presencial, com a presença de todos os representantes de todos os concorrentes empatados, que serão notificados para o ato público, a realizar nas seguintes condições.
 - i. A sessão para a realização do sorteio será agendada e notificada aos concorrentes com, pelo menos, 3 (três) dias úteis de antecedência, com a indicação da data, da hora e do local da sua realização.
 - ii. O sorteio será efetuado pelos membros do júri.
 - iii. Em caso de não comparência de representante legal de concorrente em situação de empate, o sorteio realizar-se-á na sua ausência após 30 (trinta) minutos da hora previamente agendada.
 - iv. A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes.
 - v. Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração.

- vi. A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem da extração efetuada.
- vii. O júri elaborará uma ata que documentará os trabalhos efetuados na referida sessão e os resultados do sorteio, ata essa que será apensa ao processo de contratação e divulgada por todos os concorrentes.

15. Adjudicações de propostas por lotes

O critério de adjudicação dos lotes é o definido na cláusula anterior, podendo os concorrentes apresentar proposta para um, para vários ou para todos os lotes individuais, sendo que a entidade adjudicante pode adjudicar mais que um lote ao mesmo concorrente.

16. Consultores e estudos de apoio à decisão

1. O júri poderá socorrer-se da colaboração dos quadros das entidades do agrupamento, ou de quaisquer outros técnicos, como consultores externos, para o apoio e elaboração de relatórios técnicos, na análise das propostas.
2. As deliberações do Júri poderão ter por fundamento, no todo ou em parte, pareceres ou estudos de consultores externos, casos em que tais documentos instruirão os respetivos relatórios que para eles remeterão.

17. Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

18. Caução

1. O adjudicatário será notificado da adjudicação e do valor da caução, sendo-lhe, simultaneamente, fixado um prazo de **10 dias**, para prestar a caução, sob pena de a adjudicação caducar, de acordo com o disposto no n.º 2, alínea b), do artigo 77.º e no artigo 91.º, ambos do CCP.
2. A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, de montante correspondente a **2,5%** do preço contratual do lote, deve ser prestada:
 - a. Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da entidade que for indicada pela entidade adjudicante nos termos do modelo constante do **Anexo III** ao presente Convite, que dele faz parte integrante;
 - b. Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante do **Anexo IV** ao presente Convite, que dele faz parte integrante.
3. Não é exigida a prestação de caução desde que o adjudicatário, no prazo correspondente, apresente seguro da execução do contrato a celebrar *[ou declaração de assunção de responsabilidade solidária]* emitido nos termos previstos no n.º 4 do artigo 88.º do CCP.

19. Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário

1. Declaração emitida conforme o modelo constante do **Anexo V** ao presente Convite.

2. Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a **contribuições para a segurança social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP.
3. Documento comprovativo da sua situação regularizada **relativamente a impostos devidos em Portugal** ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, como definido na alínea e) do artigo 55.º do CCP.
4. Certificado **de registo criminal**, ou documento equivalente, como previsto na alínea b) e h), do artigo 55.º e do artigo 83.º-A, ambos do CCP, com a inscrição no fim a que se destina “*Contratação Pública*”:
 - a. Dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções, e;
 - b. Da própria pessoa coletiva.
5. **Cópia da certidão do registo comercial**, ou o código de acesso à certidão permanente, ou cópia da ata de tomada de posse dos titulares dos órgãos e respetivos estatutos, no caso de se tratar de pessoa coletiva sem carácter comercial ou industrial.
6. No caso de se tratar de empresas sem sede e direção efetiva em Portugal, o adjudicatário deve apresentar, ainda, o respetivo comprovativo de inscrição em lista oficial de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar, nos termos do n.º 3, do artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017, de 14.12.

20. Outros documentos a entregar com os documentos de habilitação

1. Juntamente com os documentos de habilitação e dentro do mesmo prazo, o adjudicatário deverá apresentar documento comprovativo de **Registo Central de Beneficiário Efetivo**^{2 3} (RCBE) – Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, ou o respetivo código de acesso.
2. Tendo em atenção o disposto no n.º 1, b) do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP.
3. Ao adjudicatário será concedido um prazo de 2 dias para se pronunciar em sede de audiência prévia, relativamente ao facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º-A do CCP.

² “Estão excluídas de apresentação do RCBE as entidades identificadas no artigo 4.º, do Anexo I da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto.”

³ O preenchimento da declaração do RCBE é feito através do site <https://justica.gov.pt/servicos/Registo-de-Beneficiario-Efetivo>

21. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação e do RCBE ⁴

1. Os documentos deverão ser apresentados no prazo máximo de **10 dias** após a notificação da adjudicação.
2. A supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, deve ocorrer no prazo de 3 dias, após notificação da Divisão Municipal de Compras.
3. Ao adjudicatário será concedido um prazo de 2 dias para se pronunciar em sede de audiência prévia, relativamente ao facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 2 do artigo 86.º do CCP.

22. Despesas e encargos para celebração do contrato

As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

23. Legislação aplicável

Em tudo quanto for omissa no presente convite, observar-se-á o disposto no CCP (aprovado pelo D.L. n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na redação atual) e restante legislação aplicável.

⁴ A hora de limite aplicável a todas as situações é até às **23:59**.

ANEXO I – (MODELO) DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) n.º 1 do art.º 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do art.º 256.º-A, conforme aplicável]

1. (nome, número de documento de identificação⁽⁵⁾ e morada), na qualidade de representante legal de ⁽⁶⁾ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽⁷⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽⁸⁾:
 - a.
 - b.
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui

⁽⁵⁾ Indicar o n.º do BI ou do CC

⁽⁶⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

⁽⁷⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

⁽⁸⁾ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local, data e assinatura)⁽⁹⁾.

⁽⁹⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II – Preço unitário da energia ativa

a. Lote 1 – Baixa Tensão Normal (BTN)

Código	Ciclo	Tarifário		Preço de Energia Ativa (€/kWh)
<i>PBTN₁</i>	Sem ciclo	Simples		
<i>PBTN₂</i>	Diário	Bi-horário	Horas Fora de Vazio	
<i>PBTN₃</i>			Horas de Vazio	
<i>PBTN₄</i>		Tri-horário	Horas de Ponta	
<i>PBTN₅</i>			Horas Cheias	
<i>PBTN₆</i>			Horas de Vazio	
<i>PBTN₇</i>	Semanal	Bi-horário	Horas Fora de Vazio	
<i>PBTN₈</i>			Horas de Vazio	
<i>PBTN₉</i>		Tri-horário	Horas de Ponta	
<i>PBTN₁₀</i>			Horas Cheias	
<i>PBTN₁₁</i>			Horas de Vazio	

b. Lote 2 – Baixa Tensão Normal Iluminação Pública (BTN-IP)

Código	Ciclo	Tarifário		Preço de Energia Ativa (€/kWh)
<i>PIP₁</i>	Sem ciclo	Simples		
<i>PIP₂</i>	Diário	Bi-horário	Horas Fora de Vazio	
<i>PIP₃</i>			Horas de Vazio	
<i>PIP₄</i>		Tri-horário	Horas de Ponta	
<i>PIP₅</i>			Horas Cheias	
<i>PIP₆</i>			Horas de Vazio	
<i>PIP₇</i>	Semanal	Tri-horário	Horas de Ponta	
<i>PIP₈</i>			Horas Cheias	
<i>PIP₉</i>			Horas de Vazio	

c. Lote 3 – Baixa Tensão Especial (BTE)

Código	Ciclo	Tarifário	Preço de Energia Ativa (€/kWh)
$PBTE_1$	Diário	Horas de Ponta	
$PBTE_2$		Horas Cheias	
$PBTE_3$		Horas Vazio Normal	
$PBTE_4$		Horas Super Vazio	

d. Lote 4 – Média Tensão (MT)

Código	Ciclo	Tarifário	Preço de Energia Ativa (€/kWh)
PMT_1	Semanal com feriados	Horas de Ponta	
PMT_2		Horas Cheias	
PMT_3		Horas Vazio Normal	
PMT_4		Horas Super Vazio	

ANEXO III – (Modelo) de Declaração de depósito bancário

Para os devidos efeitos, _____ (sede, filial, agência ou delegação da entidade bancária), declara que _____ (nome do adjudicatário), com sede em _____ (morada), nos termos e para os efeitos previstos dos n.ºs 3 e 4 do 90.º do Código dos Contratos Públicos, depositou neste Banco a quantia de _____ €, como caução exigida para _____ (identificação do procedimento).

Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ (indicar todas as entidades adjudicantes beneficiárias), responsabilizando-se o _____ (identificação do banco) por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelada por simples notificação escrita por parte das entidades adjudicantes beneficiárias.

A presente caução permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua liberação pelas entidades adjudicantes beneficiárias, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

ANEXO IV – (Modelo) de garantia bancária/seguro de caução

Garantia bancária/seguro de caução *(eliminar o que não interessar)* n.º _____

Em nome e a pedido de _____ *(adjudicatário)*, vem o(a) _____ *(instituição garante)*, pelo presente documento, prestar, a favor de _____ *(indicar todas as entidades adjudicantes beneficiárias)*, uma garantia bancária/seguro-caução *(eliminar o que não interessar)*, até ao montante de _____ *(por algarismos e por extenso)*, destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ *(identificação do procedimento)*, nos termos dos n.ºs 6 e 8 ou 7 e 8 *(eliminar o que não interessar)* do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a __% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte de qualquer uma das entidades adjudicantes beneficiárias.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros *(eliminar o que não interessar)* garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor às entidades adjudicantes beneficiárias quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pelas entidades adjudicantes beneficiárias, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

ANEXO V – (Modelo) de Declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, com as alterações vigentes]

1. ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de ⁽¹⁰⁾
... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas,
números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de ... [designação ou
referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽¹¹⁾
não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos
Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser
consultados ⁽¹²⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽¹³⁾ não se encontra nas
situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade
da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos
Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de
participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou
concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo
da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁵⁾].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

(10) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(11) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(12) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(13) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».